



ESCOLA INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor: Maria José da Silva Bezerra

Anne Sullivan University – ASU: maze-bezerra@bol.com.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é fazer uma análise reflexiva sobre a escola inclusiva, seus desafios e perspectivas na contemporaneidade, mediante uma revisão bibliográfica que trata do assunto em questão. Percebe-se que o modelo de educação inclusiva está sendo bem disseminado nas escolas brasileiras, porém, os desafios são inúmeros, visto que a escola e os professores não estão totalmente preparados para atender a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais. Contudo, a urgência para a formação de professores que trabalhe com eficácia em classes inclusivas é latente e implica em novas atitudes e competências para lidar com a inclusão em sala regular. É com a finalidade de divulgar essa reflexão entre as pessoas engajadas em transformar o modelo em vigência da escola regular, que esse estudo se configura e almeja a aplicabilidade de cada reflexão contida nas suas ideias centrais na verdadeira inclusão, evitando a segregação e exclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Sabe-se que a verdadeira inclusão só se efetivará com a ajuda de todos que fazem a escola. A gestão administrativa e pedagógica é fundamental no trato com a aplicabilidade das políticas públicas para a escola inclusiva, como por exemplo, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que tem a função de elaborar e colocar em prática atividades diversificadas no atendimento especializado que complementa a formação do aluno, contribuindo com o professor da sala regular nas suas atribuições, como também, aglutinar esforços para auxiliar nas formações continuadas dos seus profissionais. Conhecer profundamente esse tema é fundamental para toda a comunidade escolar.

Palavras chave: Escola inclusiva, formação de professores, atendimento educacional especializado

Introdução

Atualmente a demanda por uma escola inclusiva e de qualidade para todos é intensa, necessitando-se da implementação de ações e atitudes que possibilitem a universalização do acesso a uma escola básica de qualidade, democrática e inclusiva. Os debates sobre a educação inclusiva se disseminam, estudos são feitos, contribuindo para futuras políticas públicas de transformação da estrutura educacional, no que diz respeito ao acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos. Sendo assegurado o direito de toda criança com necessidades educacionais especiais frequentar a escola regular é imprescindível que o professor tenha formação adequada, que a escola seja acessível na sua estrutura e que seja contemplada com as políticas públicas, como por exemplo, a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE. O professor, como também, todos que fazem a escola



deverão caminhar juntos nessa tarefa de educar nas diferenças, conhecer cada deficiência e como amenizar a defasagem de aprendizagem.

Refletir, analisar, debater sobre a escola inclusiva são objetivos que se buscam com essa revisão bibliográfica, levando em consideração que o trabalho do professor seja valorizado para que ele eleve sua auto estima e faça o mesmo com seu aluno que necessita de cuidado, respeito e um trabalho bem feito pautado pela qualidade e superação das dificuldades de aprendizagem, procurando respostas para o seguinte questionamento: o que seria de fato uma escola inclusiva?

A escola inclusiva exclui a segregação de alunos com necessidades educacionais especiais e, dentro de suas dificuldades, no contexto de convivência da sala de aula regular ele reconhece que tem um saber, que participa nas tarefas e é acolhido por seus pares.

Estudos sobre o tema têm sido divulgados em todos os setores da sociedade, mas, na escola tem um peso maior pois, vai contribuir efetivamente na formação de crianças e adolescentes provenientes de uma diversidade familiar, cultural, religiosa, étnica, sexual, entre outras. Os professores que são formadores de opinião, facilitadores no processo de aquisição do conhecimento precisam estar preparados para essas demandas na sala de aula, pesquisando e conhecendo trabalhos sobre esse assunto tão instigante, interagindo de fato na troca de experiências com seus pares.

Portanto a importância de estudos relativos à inclusão é fundamental para alavancar cada vez mais a busca por acessibilidade, permanência e sucesso de todos os alunos na escola.

Metodologia

A partir de uma revisão bibliográfica e descrições baseadas nas palavras chave, escola inclusiva, formação de professores e atendimento educacional especializado, o tema se agiganta e autores dão suas contribuições, momento em que o interesse em aprofundar conhecimento sobre a escola inclusiva se acentua. Segundo Mantoan (2006, 15) “Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar



soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais.” Em se tratando de igualdade e diferenças as ações são implementadas timidamente em relação a organização pedagógica na escola cujo efeito dessas experiências inovadoras motiva questionamentos.

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminação nem espaços segregados de educação. (MANTOAN, 2006, 23).

A gestão democrática na escola é importante, pois a torna mais participativa e aberta a novas propostas de trabalho inclusivo, compartilhando projetos e decisões, colaborando para o desenvolvimento de valores e a percepção de professores para a transformação da escola e organização das situações de aprendizagem de todos os alunos.

Diante dessa demanda de alunos com necessidades educacionais especiais, as escolas devem se organizar, considerando as diferenças, integrando a participação de todos que fazem a comunidade escolar, promovendo a participação de todos os alunos nas práticas educativas.

Portanto, a gestão de uma escola inclusiva é construída em cooperação com todos no reconhecimento das diferenças e oferecendo as condições de aprendizagem para todos os alunos.

Discussão e resultados

Na perspectiva de uma escola inclusiva, independente do tipo de deficiência, as propostas pedagógicas devem ser de acordo com as necessidades de cada aluno, visto que as deficiências são diversas. Nesse contexto uma escola realmente inclusiva necessita de pessoas preparadas para cada momento desde a entrada do aluno, sua estadia e outras especificidades



dentro da escola. Em certos casos os cuidadores são essenciais, como também os intérpretes. Ou o próprio professor deve ser especialista no assunto. Mas nem sempre é assim.

Sabemos que as escolas públicas geralmente fazem parte de uma rede, o que historicamente, as manteve em situação de dependência administrativa, funcional e mesmo pedagógica, limitadas na autonomia e controladas sob mandatos. No que se refere ao professor, sua liberdade de ação se restringiu, durante muito tempo, às ações internas das salas de aula. (BRASIL, 2006, 8).

Com todos os desafios há uma limitação das ações coletivas que são compromissadas com o atendimento individual do aluno. O professor com muitas atribuições tem dificuldades em cumprir seu papel. Essas dificuldades serão eliminadas com a vontade política de promover mudança, bem como com as transformações de ideias no âmbito administrativo e pedagógico. Começando pelo projeto político pedagógico que define as relações da escola com a clientela, os objetivos educacionais, as ações e práticas que serão adotados no desenvolvimento da aprendizagem.

É mister salientar que mudanças na educação brasileira, nessa perspectiva, dependem de um conjunto de ações em nível de sistema de ensino que tem de se movimentar a fim de garantir que todas as unidades que o compõem ultrapassem o patamar em que se encontram. É inegável o valor das ações que se tornam exemplares, mas certamente isso não garante sua generalização para o sistema de ensino, o que resultará em desigualdade na oferta de mesmas condições de qualidade para todos os alunos residentes na circunscrição de cada escola. (PRIETO, 2006, 37).

Na escola inclusiva, a gestão escolar mobiliza professores e funcionários no trabalho cooperativo, sendo dinâmica, motivadora, valorizando a atuação de cada um. A coordenação pedagógica promove a unidade da equipe e faz mediação entre as várias áreas do conhecimento e os profissionais.

A acessibilidade física é fundamental para a circulação em todos os espaços da escola inclusiva, além da disponibilidade de vários tipos como: professor de línguas de sinais, de braille, bem como materiais adequados, mobiliários adaptados, entre outras. A escola deve se planejar para garantir o acesso ao conhecimento.



O professor da escola inclusiva precisa de suporte técnico científico para atender bem o aluno com necessidades educacionais especiais, este vindo do coordenador pedagógico ou equipe técnica. Como é percebido, uma escola inclusiva de qualidade ainda não está consolidada, ainda há muitos desafios a serem superados.

As antigas explicações e pressupostos que sustentaram muitas de nossas ações não servem para enfrentar esse desafio. Há inúmeras experiências acontecendo em instituições educacionais públicas e privadas, acolhendo crianças com sérias dificuldades de aprendizagem, portadoras de disfunções que as colocariam de antemão fora do ensino regular. Há teorias se desenvolvendo, pesquisas sendo feitas, seminários e congressos se realizando, mas, ainda nos deparamos com dificuldades, tropeçamos no embate com a diferença e a exclusão. (EIZIRIK, 2008, 17).

Apesar de tanta evidência da educação inclusiva ainda há muitos entraves para a inclusão de fato, o que se supõe é que na verdade há mais integração do que inclusão. A integração segundo Mantoan (2005, 23) “pode ser entendida como o especial na educação”. Não há a mudança no sistema educacional. Portanto a inclusão implica mudanças, física, curricular, pedagógica, na gestão administrativa.

Atualmente a política pública na perspectiva da inclusão dentro da escola é o atendimento educacional especializado – AEE. Pois a matrícula só efetiva o direito ao acesso, mas a permanência é garantida com a continuidade dos estudos desse aluno e as ações realizadas por toda a equipe da escola junto com o AEE.

Nesta perspectiva, o AEE deve ser oferecido dentro da escola comum, nas sala de recursos multifuncionais, para que o aluno com deficiência seja acompanhado e instrumentalizado na sua caminhada escolar, proporcionando a ele acesso ao saber, em igualdade de condições dos colegas sem deficiência e que sejam partícipes da construção de seus saberes. (BOCK e RIOS, 2010, 28)

A participação da família do aluno com necessidades educacionais especiais é essencial no atendimento especializado, dando informações importantes sobre o aluno e o profissional do AEE além de acompanhar o aluno, poderá auxiliar o professor da sala regular, colaborando com informações valiosas sobre o aluno. Nesse espaço o aluno terá a



possibilidade de manusear diferentes recursos pedagógicos, aguçando sua percepção, sob o olhar atento do professor do AEE que avalia o progresso do aluno e socializa com o professor da sala regular, promovendo a integração e o acesso ao conhecimento.

A participação de todos os professores, coordenadores envolvidos com os alunos com necessidades educativas especiais é atribuição do professor do AEE, que tem a capacidade de informar o que acontece com essas crianças e adolescentes, dando sugestões de como e relacionar melhor com as diferenças, colaborando com o corpo docente e conseqüentemente com o aprendizado sistemático dos alunos.

O professor da escola inclusiva deve antes de tudo saber que a diferença e a individualidade de seus alunos priorizam as ações pedagógicas desde o planejamento até a avaliação de acordo com suas características. A formação do professor ainda não está totalmente voltada para essa demanda nas escolas de ensino regular, porém, nas últimas décadas houve um avanço em se tratando de políticas públicas de inclusão. Contudo, ainda há muito o que fazer nesse sentido.

Um enfrentamento é na redefinição dos fins da educação especial, cujo perfil dos atendimentos deve assegurar, principalmente, que a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais seja como a dos demais alunos. Assim, é preciso atentar para que seus profissionais sejam capacitados para atuar no sistema regular de ensino junto às escolas uma prática que eles não carregam como herança e, portanto, tem de ser objeto de formação continuada, prevendo que sua intervenção, no âmbito das escolas, esteja assentada em práticas de ensino a serem desenvolvidas com esses alunos em turmas do ensino regular. Ainda entre outras possíveis atribuições, precisam reorientar seu conhecimento e sua prática para atuar em cargos administrativos em diversos órgãos dos sistemas públicos de ensino, a fim de construir políticas de educação para todos, além de realizar atividades de assessoria e acompanhamento de planejamento e de implantação de políticas educacionais que visem a atender com qualidade esses alunos. (PRIETO, 2006, 68)

Nesse sentido, a formação continuada dos profissionais da educação se faz necessária, visto que a formação inicial ainda se mostra tímida para uma educação realmente inclusiva e alguns professores ainda resistem e não contribuem para o ingresso desses alunos em classes



regulares. Segundo Rodrigues e Rodrigues (2011) a formação pode se transformar num período de mudança para paradigmas mais inclusivos, implicando em quatro aspectos centrais:

1 Adoção de uma atitude de investigação, ou seja, usar os dados de investigação para adquirir e construir o conhecimento de que necessitam.

2 Práticas reflexivas que encontram-se ligadas a uma atitude de investigação de permanente questionamento sobre a qualidade das experiências vividas pelo professor.

3 Relação entre teoria e prática que é algo muito valorizado pelos estudantes em formação.

4 Contato com situações práticas, que é uma das estratégias mais bem sucedidas para desenvolver expectativas positivas nos estudantes, o contato com pessoas com deficiências.

Buscando a equidade e a participação de todos os alunos é imprescindível que a formação proporcione aos professores o conhecimento adequado com compromisso e atitudes positivas que levem à reforma na educação inclusiva.

Conclusão

Nas análises e reflexões advindas da revisão de literatura, fica a certeza que o assunto inclusão é instigante e que as expectativas são construídas dentro de um dualismo inclusão/exclusão. Nessa concepção, a inclusão reduz-se a colocar alunos com necessidades educacionais especiais nas salas regulares, enquanto culpa-se o sistema educacional pela exclusão camuflada pela integração do aluno na sala regular.

Então, incluir implica mudanças de paradigmas, enfrentamento de situações pedagógicas adequadas ao alunado e suas necessidades, mobilização de toda comunidade escolar, promovendo as políticas públicas existentes dentro do contexto inclusivo nas escolas com o apoio de uma gestão democrática, contando ainda com uma formação de professores voltada para essa realidade.



Incluir é superar os desafios e dificuldades, acolhendo o educando seja como for sem distinção e fazer dessa empreitada um ato de coragem para desafiar e compreender os obstáculos. É necessário que o professor esteja preparado para gerir e avaliar qualquer tipo de aluno nas suas necessidades.

Na perspectiva de inclusão de todos os alunos, a escola deve elaborar o seu projeto político pedagógico pensando no desenvolvimento de seus professores e da comunidade escolar como um todo.

E com o apoio da gestão, que deve ser democrática e engajada na participação de uma escola que tenha sensibilidade para as diferenças.

Referências bibliográficas

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. Brasília, 2006.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer. RIOS, Grasiela Maria Silva. **Atendimento educacional especializado para deficiência física**. Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. V5 N°1 jan/jul. Brasília: 2010.

EIZIRIK, Maria Faermann. **Diferença e exclusão: ou... a gestação de uma mentalidade inclusiva**. Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. V4 N°2 jul/out. Brasília: 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim (org.) **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2005.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

RODRIGUES, David. RODRIGUES, Luzia Lima. **Formação de Professores e Inclusão: como se reformam os reformadores?** Educar em Revista. Curitiba. UFPR, 2011. Disponível em www.scielo.br/pdf/er/n41/04.pdf Acesso em 20/10/2016.

